

RESENHA

Temas e temporalidades da moda no Brasil

Resenha de SILVA, Camila Borges da;
MONTELEONE, Joana; DEBOM, Paulo.
A história na moda, a moda na história.
São Paulo: Alameda, 2019, 356p.

TUPÁ GUERRA

Doutora em História pela University of Birmingham,
Reino Unido e funcionária do Museu do Tribunal de
Contas da União – Ministro Guido Mondin
tupa.guerra@gmail.com

Como a trama de um bordado colorido sobre um tecido, composto por uma variedade de linhas e cores, o livro *A história da moda, a moda na história* constrói e costura perspectivas dispares sobre a moda formando um desenho final coeso e instigante. Destaca-se na obra uma das características fundamentais do estudo de história da moda, a multidisciplinariedade. A coletânea organizada por Camila Borges da Silva, Joana Monteleone e Paulo Debom traz um painel abrangente da pesquisa na área de moda sendo desenvolvida atualmente no Brasil, viajando entre temporalidades e temas diversos.

Como destacado pelos autores na introdução, a área de moda foi por muito tempo diminuída e pouco valorizada, fenômeno que não era exclusivo do Brasil. O mundo acadêmico, em grande medida, tratava o tema como fútil e pouco relevante, ou algo para se trabalhar nas horas vagas. No entanto, esse cenário tem mudado, particularmente nos últimos dez anos, com um campo de estudos mais dinâmico permeado por um crescimento nas pesquisas. Ainda que mais dinâmico, fica claro ao se ler esse livro de que há muito ainda por ser pesquisado. A história da moda no Brasil está começando a pegar ritmo, mas está evidente que precisa trilhar um longo caminho e que ainda há muito espaço para novos pesquisadores.

A perspectiva histórica é certamente o aspecto central na maior parte dos trabalhos aqui reunidos. Essa visão permite que se considere o tema através de aspectos como economia, cotidiano, sociedade, entre outros. Vestir-se é também se fazer presente no dia-a-dia da cidade, se incorporar na sociedade e com ela interagir. A moda em geral, mas especialmente quando vista pela ótica do vestuário, amarra as interpretações da sociedade sobre si mesma e sobre o que pretende apresentar de si a outras. Saindo de uma perspectiva social macro, essa dinâmica de reflexão do si e de projeção do desejo se repete na individualidade.

A marca da transdisciplinaridade permite que o pesquisador, ainda que esteja entrando agora na área, tenha uma base concreta para expandir sua percepção sobre moda e as diferentes abordagens que o tema pode ter. Sendo assim, é seguro falar que essa coletânea serve como uma boa introdução ao panorama geral da pesquisa de moda no Brasil de 2019, permitindo uma visão sobre diferentes formas de enfoque.

O Livro está dividido em três partes abordando questões da moda nos oitocentos, debates contemporâneos e conceitos. A divisão, que pode ser pensada como temporal e temática, convida o leitor a se engajar com aspectos de um mesmo período ou a se questionar sobre a tecnicidade da teoria envolvida no estudo do tema.

A primeira parte da obra dedica-se aos 1800, período em que pela primeira vez na história do Brasil há uma abundância de fontes escritas disponíveis para a pesquisa. O primeiro artigo, de Maria Cristina Volpi, se foca na construção da identidade da monarquia brasileira através do traje de corte desenhado por Debret. Já nesse primeiro trabalho, os aspectos políticos e sociais da moda são destacados. A roupa escolhida pelo imperador do nascente país traz aspectos que relembram a moda da corte portuguesa, e que, há um primeiro olhar, parece ser apenas mais um traje de corte europeu. No entanto, a roupa do novo império faz questão de incorporar elementos brasileiros e latino-americanos. Toda a construção simbólica da vestimenta é destacada como parte da construção imagética do próprio país que se firmava. A família real se reproduz e se produz a partir da imagem que representa.

Saindo do campo político mais geral e focando-se nas afetividades cotidianas, o artigo de Irina Aragão fala das joias de afeto, particularmente aquelas produzidas no Brasil do século XIX a partir de cabelos da pessoa amada. Os acervos brasileiros demonstram que essas joias foram produzidas com certa frequência no país ou, pelo menos, que os exemplares eram guardados com muito cuidado e sobreviveram os anos. Outro aspecto que se destaca nesse capítulo são os diferentes significados de cada peça. Ao mesmo tempo em que trazem em si o afeto e a personalidade, as joias tinham a possibilidade de externar ao mundo sentimentos que muitas vezes precisavam ser contidos no resto do viver organizado do período. A sociedade burguesa vitoriana se aprimora nas regras de etiqueta e na contenção dos sentimentos em patamares “civilizados”. Assim, as joias funcionam como uma possibilidade de expressar esses sentimentos.

Ainda explorando as nuances entre a vida privada e as demonstrações de sentimento públicas que podem ser carregadas pela moda, no capítulo de Juliana Schmidt a autora explora os protocolos do luto no Brasil a partir das publicações dedicadas ao tema no século 19. Embora geralmente se seguisse no país as regras pombalinas de mais de um século de vigência, o luto do século 19 vai sendo cada vez mais influenciado pelas modas francesas. Com o passar daquele século, o luto foi sendo flexibilizado e foi cada vez mais se adaptando às novas tendências. O artigo cita também como conhecer e respeitar as regras do luto poderia ser entendido como um símbolo de poder aquisitivo, uma vez que apenas aqueles mais abastados eram capazes de refazer seus guarda-roupas de forma apropriada para cada período de luto.

A moda do luto, suas transformações e os muitos protocolos sociais que este envolvia eram, muitas vezes, compartilhados a partir da imprensa

de moda. O próximo texto, de Joana Monteleone, destaca como a moda estava ligada à evolução da imprensa feminina no Brasil, ou, pelo menos, ligada à evolução de uma imprensa voltada para as mulheres. A moda que se usa nas ruas é aprendida, é símbolo de conhecimento e civilidade. Ler e seguir as tendências é uma forma de se incorporar na sociedade e respeitar os seus complexos signos. Destaque, nesse sentido, para o fato da moda ser um privilégio dos nobres antes da Revolução Francesa e, assim, reconhecer seus símbolos e ser capaz de acompanhá-la é uma demonstração clara de poder aquisitivo e participação social. No entanto, cabe para pesquisadores futuros o desafio de se considerar a moda produzida por camadas mais baixas da população, que não tem acesso a literatura de moda, mas que ainda assim produz tendência e se comunica através do vestir.

O papel político e o uso da imagem como demonstração de poder de uma elite são aspectos bem desenvolvidos no próximo capítulo, de Paulo Debom, que destaca o uso que Napoleão III fez da moda como uma das formas de consolidar o seu poder na França. O autor se pergunta se a moda foi fundamental para a ascensão e manutenção do poder de Napoleão III, e como o vestir se instrumentalizou na política. O frágil governo desse descendente de Napoleão utiliza-se da imagem para consolidar a presença do monarca como tal e, como um último objetivo, para demonstrar que aquele homem detinha de fato o direito de estar no poder. O destaque nessa questão fica para a demonstração de como um campo taxado como feminino era utilizado por ambos os sexos para as disputas políticas de cada época.

Ainda se relacionando ao tema da imprensa de moda no Brasil, temos o texto de Ana Cláudia Suriani da Silva. A pesquisa faz uma análise de como o país passa a ser inserido dentro do contexto mais amplo de moda propagado pela França a partir do momento em que as revistas femininas vão resgatando e reforçando o país europeu como o centro de estética e moda do mundo. Essa construção permite que a moda francesa substitua o breve monopólio inglês, que se estabeleceu no Rio de Janeiro com a mudança da corte Portuguesa para o Brasil. Mais do que simplesmente uma construção da imprensa, há uma migração de profissionais da moda franceses para o país, procurando nele uma alternativa de estabelecer-se. Esse público de imigrantes compõe-se particularmente de mulheres. O Brasil como um mercado em ascensão oferecia a esses profissionais uma chance de se estabelecer como dono de seu próprio ateliê ou mesmo a oportunidade de recomeçar uma vida longe do passado marcado por algum infortúnio em outro lugar.

A segunda parte do livro traz debates sobre a moda contemporânea. Iniciando pelo capítulo de Maria Claudia Bonadio e Maria Eduarda Araújo Guimarães que trata da moda e das telenovelas, provavelmente a maior força de influência no Brasil no quesito moda. É certo que o poder das novelas nos anos 2000 está reduzido se comparado aos anos 1990, mas as tendências lançadas por essas narrativas ainda são palpáveis e abrangem a maior parte da população. O tema vasto foi recortado a partir de três narrativas, *Dancin' Days* (1978), *Roque Santeiro* (1985) e *O Clone* (2001). As novelas e o público compartilham uma relação de retroalimentação em que um influencia o outro. A moda representada nas novelas é um retrato do que já se vê nas ruas, mas ao mesmo tempo é a presença na novela que massifica as tendências. Além disso, as autoras destacam o papel das telenovelas na internacionalização de uma moda brasileira. O que é apresentado nas telas pode ser visto como uma tradução da moda dos grandes centros, uma adaptação do Brasil. Ao exportar as novelas para outros países, essas interpretações nacionais passam a influenciá-los e levam a moda local ao cenário mundial.

Seguindo na produção televisiva, o texto de Geanneti Tavares Salomon dedica-se a analisar o figurino da obra televisiva *Capitu*. Destaca-se a teatralidade da obra televisiva e as escolhas de figurino que ajudam a narrar a trama do livro em outra mídia. A autora questiona até que ponto os figurinos escolhidos não retiram um tanto da dubiedade intencionada na obra original. A *Capitu* da série, e também outras personagens, nem sempre se parecem com as descrições detalhadas das vestimentas feitas por Machado no livro. A escolha do figurino é parte da própria narrativa que está sendo contada em tela e participa na construção de significados.

Ainda pensando em Rio de Janeiro como a capital da moda brasileira, o capítulo de Maria do Carmo Teixeira Rainho analisa a vinda e os primeiros anos da casa de Jacques Hein para o Brasil. Novamente a política se faz presente na análise de moda. A primeira casa de alta costura francesa a abrir uma filial no Brasil protagoniza uma acirrada disputa para conquistar o gosto de nossa elite. O Brasil dos anos 1950 é visto pelo resto do mundo como um mercado em expansão no quesito da moda, e por isso atrai a casa Hein. Aqui, a sobrevivência da casa passa pela sua habilidade de angariar compradores influentes, ser um objeto de desejo e assim encantar mais clientes. Uma das principais estratégias da grife é a adaptação de peças e influências de fora, tanto ao gosto, quanto ao clima e as estações brasileiras, elementos que a autora destaca como fundamentais para o sucesso da empreitada.

Saindo das análises mais históricas, e em um capítulo que eu acredito que poderia ter se encaixado melhor no final do livro junto dos artigos de debate mais teórico, o texto de Juliana Schmitt e Gabriel Sanchez levanta a questão do gênero na moda. Destaca-se o debate de como a demonstração do gênero se constitui através da moda e como essa comunicação subjetiva perpassa a identidade daqueles que a usam. Definir o gênero pela vestimenta é um processo que se retroalimenta e passa também a influenciar papéis da própria sociedade. Nos últimos anos, uma busca por roupas e aparências que funcionem para a construção de uma androginia nas roupas levou a iniciativas nesse sentido. Ainda assim, são tímidas as iniciativas que debatam um estilo propriamente sem gênero conhecido como *agender*. Cabe ressaltar, como fazem os autores, sobre a diferença entre *agender* e unissex, uma vez que a primeira definição está relacionada a uma peça que pode ser utilizada por ambos os gêneros e a outra traz uma escolha consciente de não se conformar com nenhum dos dois. As produções *agender* tentam se afastar da divisão em prol de uma nova estética de moda, mas também social.

Voltando à questão de como moda e política podem se misturar, o texto de Janaína de Almeida Teles se debruça sobre o caso de Zuzu Angel e a utilização explicitamente política da moda. O texto faz um panorama interessante da vida e obra da estilista brasileira assassinada pela ditadura militar e sua inserção no mercado da moda brasileira e mundial. A narrativa perpassa suas coleções internacionais, mas destaca e analisa a mudança da direção da marca depois do sequestro e assassinato de seu filho pelos militares. O poder da moda produzida por uma estilista já consagrada no país passa a ser utilizada como força de protesto. Percebe-se que após o assassinato de seu filho e a busca por respostas concretas de seu paradeiro, Zuzu passa a fazer questionamentos mais incisivos em suas coleções e a ostentar o luto em sua própria vestimenta. Aqui, pode-se pensar numa conexão com o luto quase ritualístico do século 19. Os anos 1970 que Zuzu viveu já não têm o luto como uma prática social tão forte e a sua utilização pela estilista acaba por ser parte de seu protesto e vai além de uma forma de lidar com a dor de sua perda. Suas peças se tornam referências tão claras da violência estatal perpetrada pela ditadura militar brasileira, que ela também é assassinada.

A última parte do livro dedica-se à questões teóricas no campo de estudos de história da moda. Embora não se proponha como um livro de teoria, os aspectos levantados nessa última parte apontam direções concretas para um aprofundamento de teoria em história da moda. O primeiro capítulo dessa parte final, de Anamélia Fontana Valentim, traz uma crítica à história

totalizante reproduzida nos livros dedicados à história da moda. Muitas vezes produzidos por profissionais que não tem formação em história, as discussões desses manuais não refletem os debates atuais de moda no Brasil e no mundo. O apelo fica para que mais historiadores se dediquem ao campo da moda e nele também possam se quebrar paradigmas que já foram ultrapassados em outros campos da história. Assim, a autora afirma, com razão, para o fato de que a mudança é a única constância na história, seja ela dedicada a qualquer assunto ou vertente, e que por explorar essa perspectiva possa se construir análises menos totalizantes da história.

Os museus como locais de memória são pensados no capítulo de Camila Borges da Silva. O enfoque é dado à importância fundamental da moda como objeto de museu. Os trajes deixam de ser curiosidades para ser acervo valorizado nessas instituições. A autora faz, ainda, uma crítica ao fato de que por muito tempo as coleções de museus eram compostas exclusivamente por peças dos mais ricos, o que nos leva a uma percepção elitista da sociedade. Os museus têm mudado e abraçado a moda pela perspectiva ampla de sociedade, que inclui mais atores e não apenas aqueles que dominam a mesma sociedade. Moda e costume são parte de uma mesma construção social e política e, portanto, fundamentais para que se entendam as histórias. A presença da moda no museu é tão fundamental quanto de qualquer outro elemento museológico.

O último texto do livro, escrito por Marco Antônio Vieira, olha para as obras de Adriana Varejão e Alexander McQueen em busca de um entendimento sobre o papel da arte na história e de como se entrelaçam esses conceitos em diferentes análises. Ao considerar o uso que ambos artistas fazem da história, o autor também afirma que essa é uma forma não acadêmica de dar voz e complexificar a história. Embora tratando de uma perspectiva menos academicista da história e da arte, o autor escolhe uma linguagem acadêmica e, em certa medida, crítica para o artigo.

De forma geral, o livro fornece uma variedade de temas e formas de pesquisa que pode ser útil tanto ao pesquisador iniciante quanto a quem busca um aprofundamento em algum dos temas abordados. A organização da obra auxilia a pesquisa temática, prezando pela força da mudança que move o mundo da moda, e pela interdisciplinaridade, que constitui um dos pilares da produção de moda e da análise da mesma.

Recebido em: 08/11/2019
Aprovada em: 20/12/2019

Letícia de Luna Freire
Leandro Dias de Oliveira
Ronaldo Pimenta de Carvalho Junior
Ricardo Ferreira Freitas
Maria Helena Carmo dos Santos
Julia Santos Cossermelli de Andrade
Milena Paula de Melo
Demian Garcia Castro
Fernando da Costa Ferreira
Mariana Lousada
Ana Celeste Indolfo
Marcelo Vasconcelos D'Almeida
Dio Baptista Pereira
Eliezer Pires da Silva
André Luiz Caetano Filgueiras
Sérgio Conde de Albite Silva
Sérgio Matias da Silva
Aline Lopes de Lacerda
Américo Soares Mignone
Marcio Luis Fernandes
Tupá Guerra

O concurso de **Monografia do Arquivo da Cidade/Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos**

— uma iniciativa que vem ocorrendo regularmente desde 2006 — tem por finalidade selecionar um estudo cujo tema central seja o Rio de Janeiro. Esse pode estar centrado no passado da cidade, com uma abordagem mais historiográfica, ou tratando de traços da história mais recente, fornecendo análises e discussões sobre o Rio Contemporâneo.

De caráter anual, o concurso prevê a inscrição de trabalhos nas áreas de História, Geografia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, Saúde e Cultura em geral, desde que entre as fontes consultadas figurem documentos iconográficos, manuscritos ou impressos pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade.

Para participar, basta acessar o link: **www.rio.rj.gov.br/arquivo** do Concurso de Monografia Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. Lá você confere o edital.

wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj

